

**MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO:  
pela desconstrução mínima e socialmente engajada.**

**José Francisco** ([jfran@power.ufscar.br](mailto:jfran@power.ufscar.br)) Prof. Adjunto do  
Departamento de Engenharia Civil / Universidade Federal de São Carlos.

**RESUMO**

O Homem nada mais sabe fazer que desconstruir o espaço existente, seja ele natural, transformado ou antrópico. Essa inexorabilidade é que lhe garante a sobrevivência. A ação humana sobre a paisagem-espaço, a partir do avanço do conhecimento e da técnica, se mostra cada vez mais intensa a ponto de hoje não mais distinguirmos facilmente objetos artificiais dos naturais: num ecossistema antrópico eles se confundem e passamos a confiar mais nos elementos técnicos acrescentados à natureza. A natureza única, preconizada por Marx, deve nos guiar na prática da desconstrução mínima. Se tudo deve ser entendido como natureza, é no meio urbano que essa leitura se faz mais necessária, pois defrontamos com sérios problemas de habitabilidade nesse novo espaço. A desconstrução espacial urbana, como atividade eminentemente antrópica, deve ser praticada de forma a garantir sustentabilidade ambiental, e manifestada por atos simples na direção da garantia da manutenção de espaços mais “naturais”. A arquitetura e o urbanismo precisam ser entendidos a partir de práticas de desconstrução mínima, na direção de uma renaturalização espacial, para o deleite dos nossos olhos, da manutenção das paisagens e da plasticidade do lugar. Por um meio ambiente minimamente desconstruído e socialmente engajado.

Palavras-chave: construção, meio ambiente, desconstrução, natureza única, planejamento

**INTRODUÇÃO**

Embora a desconstrução possa se referir primordialmente ao espaço natural – enquanto objeto primeiro - é sobre ele e o espaço construído, ambos agora enquanto natureza única, que a atividade antrópica se manifesta: o desconstruimos incessantemente esquecendo o natural que lhe dá vida e suporte. Normalmente, face à novas necessidades, destruimos por completo o espaço construído existente para dar lugar a um espaço diferente, na maioria das vezes mais denso e permeado de uma tecnicidade maior. Essa dinâmica urbana nos leva a hipermodernidade com todas as conseqüências que daí podem advir ao ser humano: baixo nível de sociabilidade em meio a amplos mercados ainda desregrados ou com “normas” que viabilizam quase que exclusivamente a reprodução e o acúmulo de capital, e uso da

tecnociência para a produção e manutenção do espaço.

## **AS MÃOS VISÍVEIS DO MEIO AMBIENTE**

A quatro mãos, a paisagem, mesmo que exuberante pouco “nos” dizia, pois a cara estava rente ao chão. Mas sobre as árvores ou “de pé” se atracando a alguma presa para encher o estômago, as visadas tênues ampliam-se e atingem horizontes desconhecidos. A busca errante e inconsciente do alimento que garante a sobrevivência, só ou em bando, num cenário inexplorado, é a primeira tarefa da nossa ascendência primata.

Dentre os diversos fatores que “nos” levam ao bipedalismo o “trabalhar” a paisagem está presente. No andar ereto, ela se descortina. Vemos um horizonte maior num primeiro momento para, em seguida começarmos o processo de nos apropriarmos de parte dela. A paisagem passa a ser cada vez mais “familiar”. Perde-se a maior velocidade “do quadrúpede” para passarmos, na nova postura, simplesmente a andar e ver, conseqüentemente, sentir e “aprender” mais com a paisagem natural. As mãos livres e a paisagem, então, vêm juntas no bipedalismo homínida.

A partir daí - o vertical do corpo conduzido pelas mãos e o horizontal representado pela paisagem - não param de interagir. O trabalho das mãos na paisagem-natureza inaugura a grande caminhada, cada vez mais presente, da "construção", ao mesmo tempo, do humano e do espaço que lhe corresponde. Pode-se indagar, na medida em que o que se constrói, ao menos em termos físico-espaciais, nada mais é do que a modificação do espaço existente, se não se trata, então, de desconstrução. Somos talhados para a desconstrução espacial e, de tão imbricados estamos com ela, que podemos afirmar não saber fazer nada que não seja desconstruir.

Aos poucos, no desconstruir o espaço, emergem os artefatos e as ferramentas, estas como prolongamento das mãos. A manualidade se consolida como uma fábrica de idéias. Assim pessoas reunidas pelo trabalho devem necessariamente ter alguma coisa para dizer: a linguagem, ao lado das mãos, aparece para consolidar a sociedade humana.

A fixação de grupos em pontos escolhidos do espaço dá origem a vilas, e posteriormente a cidades, como manifestações inequívocas da manualidade consciente na paisagem. Em termos físico-espaciais, a cidade é o grande trabalho do homem.

A fixação em pontos do território, a divisão do trabalho, a produção de excedente e a estruturação em classes sociais são as causas da formação e caracterização das aglomerações humanas. Vê-se em resumo, o espaço natural e o trabalho humano nele aplicado, ou, numa

expressão única, o espaço desconstruído. Na desconstrução, então, tem-se incorporado o eterno refazer espacial, com suas características não só físico-espaciais, mas político-sociais. Cada sociedade, em função de suas características, desconstrói o espaço à sua maneira. Há heranças não só especificamente espaciais (desenvolvimento físico) como humanas (desenvolvimento social), o que vale dizer que os homens desconstróem seus espaços num processo contínuo calcado sobre o anterior.

Cabe assinalar ainda, na desconstrução espacial, o papel importante e fundamental desempenhado pela técnica. As diversas técnicas aí aplicadas podem significar diferentes estágios de complexidade na desconstrução espacial<sup>1</sup>.

O intelectual e o braçal, como formas de divisão do trabalho, podem buscar arranjos políticos de complementaridade entre eles no trato da paisagem. Há um ponto em comum entre a exploração da natureza e a exploração entre os homens: as mãos. Com elas explora-se a natureza e, também, os homens. A natureza pode estar mais do que apalpada, muitas vezes mexida e transformada em excesso pelo trabalho manual. O homem escraviza o outro homem inicialmente pelo trabalho manual. A cabeça pensa, mas são “*as mãos alheias que trabalham*”, na feliz colocação de Engels (1991, p. 217). No trabalho cooperado a manualidade está, como nunca, presente mas, em corpos humanos diferentes. A cidade como locus da cooperação deve transformar-se a partir da transformação do homem que lhe molda.

## **A DESCONSTRUÇÃO ENQUANTO CONCEITO E PRÁTICA**

Por mais “conseqüentes” que sejam os pensamentos e as idéias, só a manualidade agindo na paisagem a desconstrói, a transforma. Esse trabalho “com as mãos” antecede a construção, assim como o novo se soma ao velho, deixando uma nova paisagem “novamente” à mão e carregada de heranças do passado.

A desconstrução da paisagem, talvez pela arrogância de quem a planeja, leva-nos à sensação de que, em alguns casos, os espaços estejam vazios. O espaço/paisagem como espaço vazio é uso político do espaço<sup>2</sup>. Enquanto figura política, como não poderia deixar de

---

<sup>1</sup>Mas na figura do pensador, tão bem desenhada plasticamente por Rodin, a mão afaga e sustenta a cabeça, o pensar, o imaterial; a idéia suplanta o ato manual, na concretude do trabalho? A mão que pela sua aplicação cria o trabalho, e com ele, pode-se dizer, o próprio homem, pode estar sendo “manipulada”.

<sup>2</sup> “Mas vazio do quê?”, pode-se perguntar. Como canta Chico Buarque, quase-arquiteto e compositor- “o copo vazio está cheio de ar”. Dessa forma esse espaço vazio torna-se um falso problema, pois, normalmente, o consideramos enquanto terra nua e urbano. Ele é a negação da paisagem que é brutalmente adaptada aos interesses do “esfregar de mãos” (ou os dedos), como gesto ligado ao econômico. O vazio, assim desconstruído, tanto no rural quanto no urbano, faz-nos pensar na necessidade do trato criterioso da paisagem. O que o olho vê, a mão pode tocar.

ser, o vazio apresenta prós e contras. Ele pode representar um ônus para a sociedade ou significar uma reserva estratégica de terrenos suscetíveis de receber usos novos face às necessidades de uma demanda futura. A falta de área disponível, então, numa dada localidade pode ser respondida, em tese, com uma nova utilização ao lado ou próxima, fazendo-se uso do vazio do entorno.

A arquitetura moderna tem como um dos seus paradigmas a verticalização do espaço e a conseqüente liberação do solo como área livre. Está-se cumprindo somente a primeira parte: verticalizamos nossas cidades, mas esquecemos de reservar espaços livres adjacentes ao construído. A existência do vazio urbano e do rural do entorno, pode representar, embora de forma enviesada, a concretude da segunda parte daquele paradigma, pois que, no seu uso, os espaços livres poderiam ter preponderância.

A conceituação de vazio mostrou-se insuficiente e inadequada ao que se propunha – aprofundar a conceituação da produção social do meio ambiente. Insuficiente, porque pretendia tratar de espaços somente urbanos e, inadequada, por escamotear seus reais propósitos de simplesmente ocupá-los porque estivessem “vazios”: mas vazios, finalmente, do quê? A resposta a esse questionamento levou-nos a um avanço teórico no aprofundamento da questão. No lugar de espaço vazio passamos a conceituar, de início, espaço desconstruído como que já a intuir o que acontece. Na produção do meio ambiente construído destrói-se primeiro para em seguida construir, completando a desconstrução.

Mas o conceito de desconstrução, originalmente adotado por nós está superado, por representar somente o começo do processo de transformações espaciais. Preferimos, agora, entendê-lo de forma mais abrangente e dinâmica. A desconstrução é o processo completo da intervenção espacial, aí incluído também o produto acabado. Dessa forma o conceito de desconstrução é mais amplo que o de construção e devemos considerar que não existe só a construção, mas sim a desconstrução espacial. Assim a desconstrução, além de abarcar as implicações decorrentes das modificações no espaço previamente existente, contém também os “imperativos” da nova construção e seus impactos atuais e futuros. Nela conseguimos apreender, então, toda a dinâmica da produção espacial.

A desconstrução espacial pode ser entendida de duas maneiras. Primeiramente como sendo o processo de transformação constante a que o espaço existente está antropicamente submetido – e não poderia ser de outra maneira - seja ele natural ou artificial, e, como outra forma de entendimento, a tarefa ou o esforço de se rever o papel do espaço - ao que chamaríamos de desconstrução espacial também - na análise da evolução e desenvolvimento

da humanidade pela construção do meio ambiente.

As duas formas de entendimento da desconstrução se completam, e se somam para formar um todo maior de preocupação e de possibilidade do conhecimento do espaço social: natural, transformado ou antrópico. Pode-se dizer que a primeira forma se aproxima mais da compreensão do cotidiano, do espaço físico a nível prático, operativo e instrumental. Já a outra forma significa um esforço teórico de investigação histórica. Assim, prática e teoria somadas compoem referencial ao espaço e as suas transformações e evolução, ao que podemos chamar de *praxis* espacial, ou, com a desconstrução uma prática consciente da intervenção do homem na natureza.

O conceito “desconstrução” possui assim uma grande potencialidade por possibilitar resgatar a totalidade-essência da construção. Ao construir, se destrói uma natureza, natural ou artificial, geralmente, várias vezes desconstruída. A instância da destruição é, no entanto, negligenciada, com pouco peso nas decisões, alienando-se de todas as implicações do processo de construção. A evolução deste rico conceito, sem essa denominação, vai de Marx e Engels à contemporaneidade do filósofo Jacques Derrida, do arquiteto italiano Paolo Portoghesi, do arquiteto catalão Antoni Gaudí e do brasileiro João Filgueiras Lima. Esses três arquitetos, de renome internacional, propõem, claramente, uma integração da edificação com o meio ambiente do entorno.

Para Marx o homem produz (novas) necessidades, como primeiro fato histórico, que são supridas pelo trabalho aplicado na natureza, transformando-a e a ele próprio. Podemos considerar essa “transformação” com o mesmo significado de desconstrução. A própria consciência humana estaria relacionada ao que estava próximo, “à mão”, para ser tocada, como já a lembrar o trabalho, quando diz: “*Minha consciência é minha relação com aquilo que me rodeia*” (1972, p. 63, passagem grifada por Marx nos manuscritos).

Se toda transformação espacial é, em última análise, desconstrução, pode-se considerá-la como síntese do espaço em movimento, evolução, capacitando sua análise, pelas partes que a completam.

Entre sociedade e natureza, em desconstrução, as mediações mudam, dialeticamente, na medida que ambos se transformam, se condicionam e interagem. A alienação tende a crescer porque os meios passam a fim e cria-se uma razão instrumental, que passa a ter crescente autonomia relativa. Tende-se a esquecê-los tão logo se satisfaz ao utilizá-los. A mão, ícone do trabalho e da técnica, estende-se com a ferramenta e também com a necessidade de maior conhecimento pela possibilidade de continuar transformando a natureza. Este passa a ser o

mais amplo dos meios de se relacionar com o espaço, num processo incessante de desconstrução. O devir é aumentar a capacidade de desconstruir o espaço, pelo uso da técnica, portanto, reduzindo a existência humana a um pragmatismo utilitário. A ferramenta como extensão do corpo aliena-se do mesmo na medida que avança a divisão do trabalho. Fabricam-se ferramentas para uso de outros e apropriação do seu trabalho e mais-trabalho. A ferramenta, o corpo e o espaço passam a ser mediações de exploração entre os homens. Construções e destruições, ou seja a desconstrução do mundo, têm ônus e bônus distribuídos desigualmente entre os homens. Mas há uma certa (in)consciência deste processo sócio-espacial que mascara essa realidade.

É necessário, portanto, conscientizar-se da destruição dos espaços, não se omitindo de responsabilidades. Ao se falar de construção fala-se de desconstrução, resgatando a totalidade destruição-construção da ação antrópica com todas as suas vicissitudes. O novo conhecimento espacial que se deseja através do conceito de desconstrução impõe uma nova consciência social. E essa nova consciência pode começar a vir através de uma nova prática espacial.

O principal produto do Homem é o *conhecimento* no sentido mais amplo da palavra: da Natureza que o envolve e de Si próprio, e de suas criações. Ele está inserido num processo constante de conhecer o espaço e a si mesmo, onde “ambos se encontram” na história. Se o primeiro objeto é a Natureza, obra dada, pode-se dizer que o segundo seria o urbano (*lato sensu*) como obra humana da aplicação do conhecimento na natureza, visando transformá-la, desconstruí-la.

## **OS DOIS CORPOS NUM SÓ: A NATUREZA ÚNICA**

Das transformações produzidas pelo homem as mais aparentes são aquelas que ele impinge ao meio. Acontece que esse trabalho no meio se exerce pelo corpo humano diretamente ou por seu intermédio, quando este, por exemplo, se utiliza rotineiramente de uma ferramenta ou uma máquina.

Tanto num caso como noutro o corpo do homem recebe impactos e influências do meio, transformando-se também. Assim, tomamos consciência cada vez maior das transformações que ocorrem no nosso corpo (embora na prática estejamos com as “mãos amarradas”, pouco podendo fazer, pois tais transformações são muito lentas) e, ao mesmo tempo, das nossas práticas espaciais que acarretam mudanças no meio. Corpo e meio se transformam pelo processo histórico/espacial do trabalho e, desse modo, o corpo faz parte, então, da desconstrução espacial. Mas não houve evolução do corpo no “tempo histórico civilizatório”,

talvez devido ao próprio conceito convencionalizado de história. A biogeografia, talvez, amplie esta escala temporal e incorpore a evolução do homem.

Assim, o instante da história do corpo humano tem relação com a história do espaço<sup>3</sup>. Nosso corpo é, ele próprio, parte integrante fundamental do processo de desconstrução espacial. Entende-se por espaço, como denominação geral, tanto os espaços naturais, quanto os já transformados. Do espaço natural produzimos o artificial. Este é conhecido, no meio acadêmico, como ambiente construído, portanto deixa-se de mencionar o espaço natural transformado, como se desaparecesse intra e inter construções.

Como afirma Lefèbvre (1974) a produção é de espaço e tudo o que se produz é espaço. Pode-se afirmar, da mesma maneira então, que a desconstrução é de espaço e tudo o que se desconstrói é espaço, na medida em que a desconstrução é entendida enquanto processo mais completo de produção espacial. O termo “produção” usado por Lefèbvre, tem a mesma complexidade que imaginamos para a desconstrução.

Neste trabalho colocamos em evidência, pela sua importância e singularidade, a natureza única, onde o homem se mescla com a natureza e se desenvolve, nas suas necessidades, a partir da desconstrução que ele pratica. O homem precisa ter como objetivo maior, inter-relacionar-se em harmonia com a natureza única, cultural, devendo, portanto, ele próprio construir, uma “desconstrução mínima.” A questão, então, é saber, de que maneira podemos modificar o espaço de tal forma que tenhamos o mínimo de alterações. Aprendemos com a natureza, ela é nosso modelo e guia e temos a tarefa precípua de conservá-la, entendendo as suas leis, pois elas são imutáveis diante da ação humana.

Ecoa hoje, insistentemente, uma palavra de ordem – ecologia. Nunca estivemos tão ligados à questão da preservação do meio ambiente. Temos que estar atentos aos seus desdobramentos, sobretudo quanto ao “pensar globalmente e agir localmente”. Acreditamos que a consciência da desconstrução deva significar um avanço na *práxis* espacial. O ser humano sempre esteve no centro das questões que ele mesmo formula. Pode-se dizer que, por diversos motivos, o “umbigo” do homem não está mais no centro do universo das preocupações e sim que há necessidade de se eleger um novo paradigma com abrangência maior. Aí, então, homem e meio ambiente formam um só corpo, interdependentes, cada qual com suas especificidades. O trabalho do homem – representado e embasado na cultura - cria o

---

<sup>3</sup> Questão formulada por Lefèbvre. Através da desconstrução nossa resposta só pode ser afirmativa. Ele assim se expressou: “*Todo organismo vivo se reflete, se refrata, nas modificações que ele produz no ‘seu meio’, ‘seu meio ambiente’: seu espaço. [...] A história do corpo terá ela uma relação com aquela do espaço?*” (1974, p. 227).

mundo social; a natureza, com seus movimentos e mudanças ininterruptas, compõe ela própria o mundo natural. Ambos, o mundo social e o mundo natural são uma só coisa agora - a natureza única. O homem pertence a ela e a modifica. O homem pertence a ela e é modificado por ela, na medida em que a modifica.

Há e deve continuar existindo (até quando?) uma “*unidade do homem e da natureza*” (MARX, 1972, p. 57) e com a adoção dessa natureza única (MARX, 1972; GOMES, 1990) estaremos caminhando para o resgate, ao mesmo tempo, da compreensão científica do saber espacial e da totalidade dialética do universo da natureza e da sociedade.

A desconstrução para nós, sabendo-se que a exploração da natureza pelo homem se transforma na exploração do homem pelo homem (AXELOS, 1961), pela sua prática consciente, pode levar a uma dinamização maior do processo de democratização da sociedade. Com ela faz-se, também, um “resgate histórico” da evolução da exploração da natureza pelo homem através de um processo de trabalho alienante. Talvez a compreensão da exploração primeira da natureza pelo homem – questionamento inicial da desconstrução - pode levar à “superação” da exploração do homem pelo homem.

A produção do excedente de alguma forma pode ser entendida como superexploração da natureza e, com o poder político que passamos a ter pela apropriação que fazemos dele, pode-se passar a explorar outros homens. Até hoje ainda mantemos uma relação de superexploração com a natureza e, ainda mais, a partir dela, pela propriedade privada da terra, uma relação de exploração entre os homens. Não raras vezes, então, a exploração do homem pelo homem, tem como modelo uma forma incorreta de utilização do espaço, como ainda a lembrar aquela exploração arcaica e primeira da Natureza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As cidades, tradicionalmente, crescem de duas maneiras: por adensamento (normalmente crescimento vertical, reutilizando espaços anteriormente utilizados), e por dispersão (crescimento horizontal, freqüentemente inaugurando novos espaços ganhos a área rural).

A desconstrução é o processo completo entre o antigo e o novo espaço; é o resgate da consciência da destruição que viabiliza a construção; é o resgate da identidade destruição-construção.

Nas intervenções espaciais, há uma desconstrução muitas vezes, freqüentemente mesmo, alienada, desnecessária e abusiva, normalmente atendendo à rentabilidade econômica,

principalmente quando se destrói valores de uso.

Uma nova utilização do solo, a partir da sua liberação, se dá somente em função daquilo que se vai empreender e não em função do existente. Esse fato é significativo, pois é o novo que comanda. O que, então, conservamos do passado? O espaço desconstruído é a ponte entre o velho e o novo. As expressões “*começar da estaca zero*” característica do modernismo, e “*reforma é uma caixa de surpresas*” (e outras mais...) nos levam a acreditar que as obras novas em si querem ter a exclusividade: sem nada para reformar ou remodelar; construir tudo novo; falar a linguagem do capital imobiliário, isto é, mais m<sup>2</sup> construído, mais lucro (TOPALOV, 1979).

Os espaços para serem adaptados devem ser, convenientemente, planejados e projetados, como nos lembra Le Corbusier (1972). Nos desenhos, os traços originais do espaço existente devem ser mantidos, como que a marcar e garantir a documentação da evolução espacial, o que vale dizer, não só desconstruir o mínimo, mas deixando assinalado o que deve permanecer. Os projetos arquitetônicos devem “pousar no solo”, isto é, relacionar-se criativamente com as peculiaridades dos objetos naturais existentes, por exemplo, o verde e a água devem fazer parte e penetrar os novos espaços. O uso de *pilotis* no projeto arquitetônico é outro exemplo, na medida em que nem todos os pilares do edifício chegam ao solo, além é lógico, da liberação do solo.

Além disso, o ambiente construído resultante deve ter garantido sua organicidade e integração com o entorno. A necessidade de uma intervenção pode mostrar, normalmente, o uso não social da propriedade da terra. Entendemos a desconstrução do espaço como possibilidade prática, que se nos apresenta, de intervenção espacial com preocupações socialmente engajadas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- AXELOS, Kostas. **Marx penseur de la technique**, de l'alienation de l'homme à la conquête du monde, Collection 10/18, Paris: Les Éditions de Minuit, 1961.
- ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- GOMES, Horieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.
- LE CORBUSIER (Charles-Edouard Jeanneret). **Manière de penser l'urbanisme**. Bibliothèque Médiations, Paris: Éditions Gonthier, 1972.
- LEFÈBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **L' Idéologie Allemande**. Paris: Éditions Sociales, 1972.
- TOPALOV, Christian. **La Urbanisation Capitalista**, algunos elementos para su análisis. México: Editorial México, 1979